



ANO XX - Nº 33 - ÓRGÃO OFICIAL DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA E DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ - TERESINA, 1º SEMESTRE / 2005  
Socorro Magalhães · Colsu Barros · Francisco Miguel da Moura · Moura Rêgo · Carlos Eugênio Porto

# EDITORIAL

Revista PRESENÇA

No lançamento do nº 32 da revista *Presença*, já em março do ano em curso, e referente ao segundo semestre de 2004, utilizamos uma imagem do grande Machado de Assis, colhida em um de seus livros da fase renovadora, cremos que em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, - entre a espiga e a mão há sempre o muro -, para significar o dilema em que vivemos, na produção literária, entre a realidade e o sonho. Ou seja, o sonho dos que vivem o drama de qualquer empreendimento de ordem cultural, em nossa terra.

A revista *Presença*, que ora chega consolidada ao seu nº 33, encerrando mais uma fase em seu período de construção literária em nosso Estado, é um exemplo vivo da assertividade do bruxo do Cosme Vello.

Desde que foi instituída, ou ser criada a antiga Secretaria de Cultura, em 1974, hoje nomeamente Secretaria de Educação e Cultura, na última reforma administrativa, tem ela cumprido esse desiderato. Ora, aparecendo de manírica esporádica, ora continuamente, como ocorreu no período governamental de 1982, quando teve publicação regular até 1986, tem procurado a Revista definir o perfil da cultura piauiense em seus mais diferenciados matizes.

Com a nova feição que lhe imprimiu o Conselho Estadual de Cultura, ao ser reativado em 12 de janeiro de 1992, na gestão governamental Freitas Neto, passando pelos governos subsequentes, até o atual, têm procurado seus responsáveis, no caso, a direção do Conselho, que assumiu a sua publicação, a partir daquela data, imprimir-lhe feição gráfica e conteúdo renovadores, transformando-a em uma das melhores publicações culturais do país.

Este número, chechecendo a orientação que lhe foi, ultimamente impressa, é dedicado de modo especial aos 40 anos de existência do Conselho Estadual de Cultura que se comemoram a 12 de outubro do corrente ano, com o estudo de autoria do renomado escritor e conselheiro Francisco Miguel de Mora, que com ele da continuidade a trabalho anterior, também da

sua autoria, publicado no nº 26 da Revista. São nele elencadas as principais realizações deste órgão, de modo especial a sua atuação nos três últimos mandatos, sob a nossa presidência. A elas associaremos a publicação, dois anos após a criação do Conselho, da obra basilar da historiografia piauiense, *Pesquisas para a História do Piauí*, de autoria do notável historiador Odilon Nunes, editada sob a responsabilidade deste órgão. Também é nele feita breve indicação a respeito da importância da obra do romancista gaúcho Pérsio Veríssimo, com o propósito de iniciar em nossas terras as comemorações alusivas ao centenário de seu nascimento, evento dos mais relevantes para a literatura brasileira, representante que é ele do famoso romance de 1901 ou de documentação social da vida do país, em um de seus rincões mais representativos, o Rio Grande do Sul. Igualmente é lembrada a reforma das instalações e do funcionamento do Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes, na tentativa de modernizá-la para atender à população piauiense. Também nele se inclui estudo de autoria da ilustrada professora Maria do Socorro Rios Magalhães, a respeito da obra romântica do polígrafo Abdias Neves - *Um olhar*, da fase naturalista da literatura brasileira, enfocando a vida social de Teresina, no final do século XIX. Igualmente, merece destaque especial o ensaio do acadêmico Celso Barros Coelho sobre Fárias Brito, o renovador da filosofia espiritualista em nosso país.

Ao encerrar-se a grande gestão neste Conselho, esperamos que não sóram solução de continuidade, não somente a edição da Revista, que já está assegurada, pelo atual secretário de Educação e Cultura, professor Antônio José Medeiros, seu curador da publicação semestral, como também a situação, em nosso meio cultural, do Conselho Estadual de Cultura, cuja criação antecede em um ano a do extinto Conselho Federal de Cultura, sendo assim o mais antigo do país.

Manoel Paulo Nunes  
Presidente do Conselho Estadual de Cultura

## Revista PRESENÇA

Órgão do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Cultural do Piauí  
Rua Coelho Rodrigues, 1016 – Centro  
CEP: 64.000-060  
Fone: (86) 221-7082 Fax: (86) 222-5577  
ANO XXI, Nº 33 – Teresina, 1º semestre / 2005

Governador do Estado  
José Wellington Barreto de Araújo Dias

Secretário de Educação e Cultura  
Antônio José Costa Branco Mendes

Presidente do Conselho Estadual de Cultura  
Manoel Paulo Nunes

Presidente da Fundação Cultural do Piauí  
Sônia Maria Dias Mendes

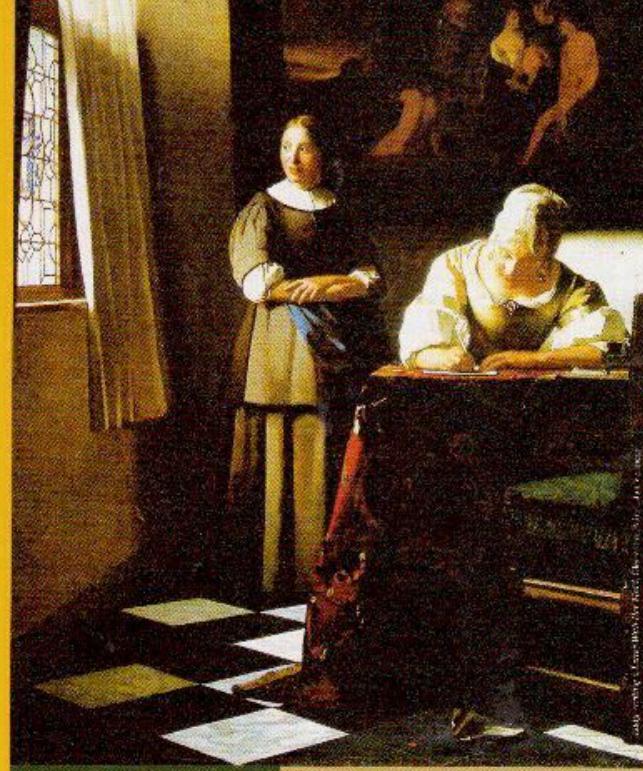
Conselho Editorial  
Francisco Miguel de Mora  
Maria Conceição Soares Meneses Lobo  
Pedro Ferreira Mendes de Freitas

Secretaria  
Ana Maria dos Santos

Projeto gráfico, editoração eletrônica,  
imagens e ilustrações  
Interativa Propaganda e Marketing Ltda.  
Rua Gabriel Ferreira, 547 – São João  
Ed. Sta. Isabel – Centro/Norte  
CEP: 64.000-250 Jérison-PI  
Fone: (86) 223-8266 • Fax: (86) 223-8266  
interativa@interativa propaganda.com.br  
www.interativa propaganda.com.br

Jornalista Responsável  
Natalia Maranhão / DRT-PI 1147

Revisão  
Francisco Miguel de Mora  
Manoel Paulo Nunes  
Maria Conceição Soares Meneses Lobo  
Pedro Ferreira Mendes de Freitas



**Revista PRESENÇA**

**Presença**

O NOSSO POCO DAS ANSAS

**TORQUATO**

**Edição PRESENÇA**  
**PRESença N° 32**

Vimos agradecer-lhe a revista **Presença**, publicada por esse Conselho Estadual de Cultura, que teve a gentileza de oferecer para a nossa instituição. Comunicamos que vamos encaminhar o referido exemplar à disposição dos interessados na nossa Biblioteca Pública. Com protestos de elevado apreço, subscrivemos-nos. Atenciosamente,

**Antônio Gomes da Costa**  
Presidente do Real Gabinete Português de Leitura,  
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Agradeço-lhe a excelente revista **Presença** que é motivo de orgulho dos filhos distantes do nosso querido Piani. Cordialmente,

**Paulo Castelo Branco**  
Advogado, Brasil - Distrito Federal

Cumprimentando Vossa Senhoria, vimos agradecer o envio da revista **Presença**. Aproveitamos para parabenizá-lo pela excelente publicação. Sem mais para o momento, subscrivemos-nos. Atenciosamente,

**Tarciana Portella**  
Chefe da Representação Regional Nordeste do  
Ministério da Cultura, Recife - Pernambuco

**Cartas RECEBIDAS**

Caro Paulo Nunes, estou aqui impressionado com a revista **Presença** que você está editando ai no Piani. É local e universal, piauiense e brasileira, com a bela homenagem não só ao Torquato, mas ao Lédo Ivo nos seus bons 80 anos, além de valorizar o trabalho da hoje falecida Niète Guidon. Se os demais estados da federação tivessem uma revista desta categoria, as coisas estariam melhores para a cultura em geral. Abraço fraterno,

**Alfonso Romano de Santana**  
Cronista e professor universitário, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Acabo de ler *God Save The King (I e II)* e a revista **Presença** (número 32), de ponta a ponta. Estão excelentes e o que você diz sobre Bush não poderia ser mais apropriado. A revista está sortida de coisas boas, destacando-se a homenagem a Lédo Ivo, muito justa e merecida. Envio a você e a todos a equipe os meus parabéns. Vai o abraço agradecido do

**Enéas Athanázio**  
Santana, Belo Horizonte de Goiás - Santa Catarina



## Cartas RECEBIDAS

### Jomar Moraes

Presidente da Academia Maranhense de Letras, São Luís - Maranhão.

### Manuel José Ferreira Lopes

Diretor da Biblioteca Municipal Bocha Poeroto, Póvoa de Varzim - Portugal

A motivação para este comentário provém de uma simples revista que sistematicamente recebo, por especial gentileza de meu amigo M. Paulo Nunes. Aliás, simples revista, coisa nenhuma. Uma senhora revista, intitulada revista **Presença**, órgão dotado de qualidade gráfica e conteudística à altura de encher de justo orgulho qualquer unidade da Federação. A **Presença** tem periodicidade semestral, está em seu número 32 e é órgão oficial do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Cultural do Piauí, conforme se lê em sua capa. Enquanto isso, nós, para capa de qualquer dissimulação, nem Conselho de Cultura temos funcionando. Desconheço se esse órgão ainda existe, se foi expressamente extinto ou se entrou em estado de catalepsia, logo depois que a operosidade de Luiz Phelipe Andrés deixou sede modesta, porém decente, no Largo do Ribeirão. Quanto à **Presença**, repito que é publicação capaz de representar qualquer órgão, nacional ou estrangeiro. Parabéns, ao Piauí, portanto.

### Armando Gomes da Silva

Escritor e bancário aposentado, Brasília - Distrito Federal

Acusamos a recepção da revista **Presença** - nº 32 - 2004, que muito agradecemos e que incluimos, a partir de agora, na nossa lista de permutas com o **Boletim Cultural Póvoa de Varzim**, cujo volume XXXVIII-2003, último publicado, juntamente enviamos. Aguardando sempre as vossas notícias, subscrivemo-nos com a mais elevada estima e consideração. A vossa revista deverá ser enviada para a Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim.

### Túlio Vargas

Revista PRESENÇA

Agradecemos a remessa da revista **Presença**, número 32, editada por esse prestigiioso Conselho. A exemplo dos números anteriores, a revista apresenta impecável aspecto gráfico e rico conteúdo literário. Parabéns pela qualidade da informação cultural. Saudações,

### Ruben Eugen Becker

Presidente da Academia Paraense de Letras, Criciúma - Paraná

Ao cumprimentá-lo, tenho a satisfação de agradecer o recebimento da revista **Presença**, gentilmente enviada por esse Conselho, ao mesmo tempo em que o parabenizo pela qualidade da mesma. Conclaus saudações.

### Maria Lúcia Marcondes

Chefe da Biblioteca Central - UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos - São Paulo

Prezados senhores, a nossa biblioteca recebeu como doação a revista **Presença** referente ao 1º semestre de 2004. Nós agradecemos e gostaríamos de salientar se há possibilidade de adquirir os próximos números, pois seu conteúdo é muito bom e seria importante para os nossos cursos. Muito obrigada,

### Osmar de Almeida Júnior

Vice-Governador do Estado do Piauí, Teresina - Piauí

Agradeço muito do exemplar da revista **Presença**, parabenizando-o pela excelente qualidade e conteúdo. Atenciosamente,

### Isabel Santos

Diretora do Departamento Municipal de Bibliotecas, Porto - Portugal

# SUMÁRIO

**UM MANICACA**• O Papel do Intelectual e a Condição Feminina em *Um Manicaca*, de Abdias Neves

07

**PENSADORES**

• Fárias Brito e a sua Fidelidade à Filosofia

15

**TEATRO**

• Grupo Harém - 20 anos

18

**ÉRICO VERÍSSIMO**

• Escritor de Todos os Momentos

20

**GUARDIÃO DA HISTÓRIA**

• Museu do Piauí

23

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

• Tombamento

26

**HISTÓRIA**

• A Casa da Fazenda

30

**ESPECIAL - CONSELHO DE CULTURA**

• Pequena História de um Grande Conselho

32

**HOMENAGEM**

• Liz Medeiros

40

**POESIA**

• Mesa de Bar

41

**III SALIPI**

• Alfonso Ligório no III SALIPI

48

**CULTURA**

• Salão de Humor

50

**FUNDAC**

• XXIX Festival Nacional de Folguedos do Piauí

56

**MEMÓRIAS DE TERESINA**

• Café Avenida

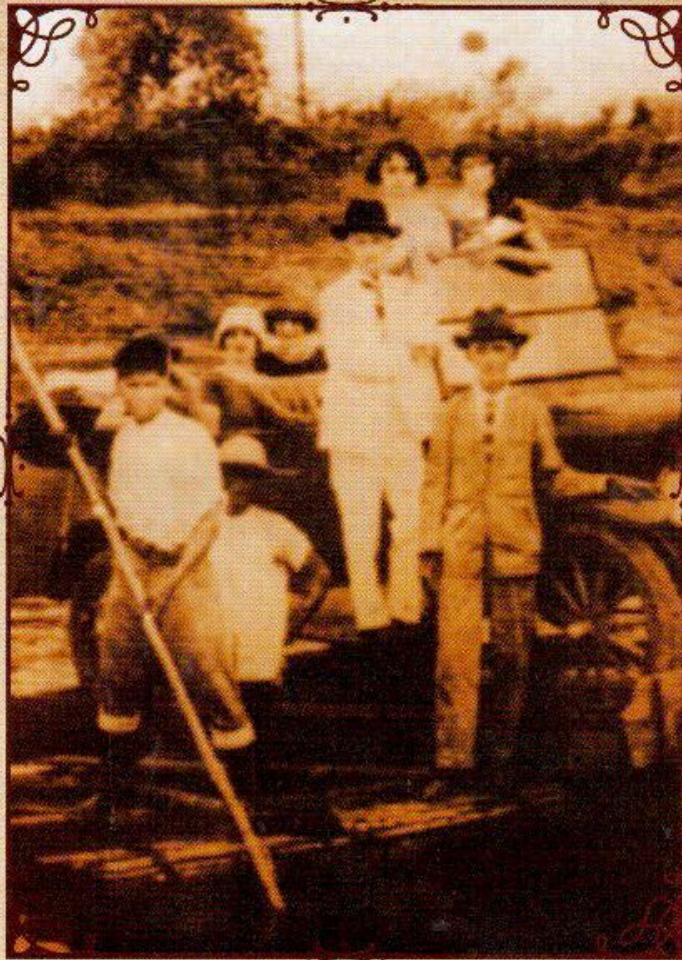
58

**ARTES PLÁSTICAS**

• Nonato Oliveira

60

# *Um Manicaca*



Mariz do Socorro Rios Magalhães  
Fonte: Arquivo Pessoal/Museu do Piauí

## O Papel do Intelectual e a Condição Feminina em *Um Manicaca*, de Abdias Neves

### INTRODUÇÃO

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Piauí viveu o episódio conhecido como "luta político-religiosa" entre católicos e maçons. A ideologia positivista que alimentou o discurso anticlerical muito deve à celebre "Escola do Recife", movimento liderado por Tobias Barreto, que influenciou profundamente os primeiros bacharéis piauienses, formados na Faculdade de Direito do Recife.

A produção intelectual do período é marcada por essa polémica entre igreja e maçonaria, registrada por considerável volume de textos de cunho político e filosófico. Em meio a esses escritos, se destaca *Um Manicaca*, de Abdias Neves, que, sob a forma de romance, constitui o único exemplo, no Piauí, de obra literária colocada a serviço da causa positivista.

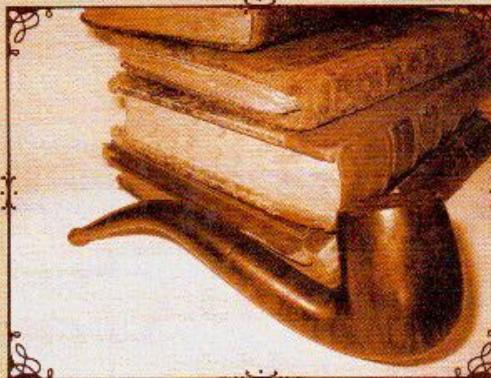
Este trabalho pretende focalizar o caráter doutrinário do romance, a partir da análise da função social que é atribuída ao intelectual e à mulher, dois elementos que se contrapõem na narrativa, posto que o primeiro se alinha com a maçonaria e a segunda com a igreja católica.

#### GENESE E ESTRUTURA DA OBRA

*Um Manicaca* foi publicado em 1909, em Teresina. Entretanto, Maria Yara Neves Borges de Melo, filha do autor, afirma que a obra havia sido escrita entre 1901 e 1902, e que, por dificuldades financeiras, tivera a publicação adiada. A repercussão da obra na imprensa, anterior a 1909, confirma ter sido o romance escrito mesmo na virada do século XIX para o século XX.

A segunda edição, surgida em 1985, traz dois pequenos textos atribuídos à filha do escritor, Yara Neves. No primeiro, que aparece no inicio do livro, é dito, entre outras coisas, que o romancista criou seus personagens inspirado em tipos da sua terra e que ele próprio quase se retratava em um deles: o bacharel anticlerical, Dr. Praxedes. O segundo texto, colocado no final do livro, traz o título *A Conversão na Palavra da Filha* trata dos últimos momentos de Abdias Neves, assistido por Yara, que teria testemunhado a conversão do pai, intelectual de formação materialista, livre pensador e um dos anticlericiais mais aguerridos do período.

Conforme consta na folha de rosto da primeira edição, *Um Manicaca* foi composto na Libra Papelaria Veras, de J. Campos Veras, em Teresina-PI. Figura, ainda, na folha do rosto, a epígrafe 'Écrasons l'infâme', expressão tomada de empréstimo a Voltaire, e que sintetiza de forma muito clara a disposição de Abdias Neves em relação à igreja católica.



*Um Manicaca* se caracteriza por sua opção pelo modelo naturalista muito em voga na literatura brasileira do final do século XIX. Percebe-se, com nitidez, a intenção de defender uma tese colocada abertamente na obra: a ação prejudicial da igreja sobre a sociedade. A tentativa de realizar um romance de tese leva o autor a submeter sua narrativa a postulados da ciência, na contestação dos dogmas da igreja. Era o anticlericalismo a tônica do meio intelectual piauense no final do século XIX e início do século XX, decorrendo daí a adoção da estética naturalista por parte de Abdias Neves, um modelo que se ajustava perfeitamente ao objetivo de provar, através de teorias científicas mais modernas, os equívocos da religião católica.

Não deve causar estranheza, porém, essa defasagem da obra, uma vez que a literatura piauense, a exemplo de outras distantes do centro-sul, esteve sempre em débito com a evolução da literatura brasileira. Soma-se ainda o fato de que, nesse período, o meio de comunicação mais eficaz entre o Piauí e o Rio de Janeiro era o telegrafo e que o isolamento do autor era ainda maior por ele viver no interior do Estado, na cidade de Piracuruca, onde exerceu a função de juiz de Direito, de 1900 a 1902, quando, segundo consta, escreveu *Um Manicaca*.

A formação intelectual de Abdias Neves se deu na Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu seu bacharelado em 1898. Retornando ao Piauí, veio engrossar as fileiras de intelectuais formados em Recife, que militavam na imprensa e na política, como é o caso de Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, Miguel Rosa e muitos outros. Esses bachareis constituíam a élite intelectual do Estado, e tinham em comum o culto ao Positivismo e a grande versatilidade de sua produção escrita. Eram, em sua maioria, polígrafos, com incursões nos mais diversos gêneros: crônica, ensaio filosófico, historiografia, crítica literária, folhetim, poesia, tratados de jurídicos, artigos políticos, entre outros. Abdias Neves, por exemplo, escreveu obras jurídicas, (*Imunidades Parlamentares e Autonomia Municipal*), história (*A guerra do Fidié e O Piauí na Confederação do Equador*), crítica religiosa (*Psicologia do Cristianismo*) e poesia (*Velário*).

A importância de *Um Manicaca* justifica por ser o único romance da literatura piauiense a apresentar a cidade de Teresina da virada do século XIX para o século XX, palco da luta ideológica entre a igreja e a maçonaria. Ainda que a intenção do escritor tenha sido colaborar na luta contra a igreja, seu livro terminou por atingir um objetivo maior, o de fazer um retrato da sociedade piauiense do final do século passado.

O romance de Abdias Neves possibilita a compreensão da vida piauiense da época, não apenas por registrar o clima anticlerical que desencadeou a luta político-religiosa entre padres e maçons, a partir de 1902, (Gutemberg, 1986, p.101), mas também pelo próprio envolvimento do autor com os fatos narrados, sua adesão ao Positivismo e a escolha do modelo naturalista, já fora de moda na Europa e mesmo no Brasil. O Naturalismo tardio de *Um Manicaca* não constitui mero exemplo de atraso cultural, trata-se, na realidade, de uma adequação formal à temática que apaixonava os intelectuais do Estado naquele momento. O Naturalismo, por seu modelo científica e seu caráter moralista, era o melhor caminho para denunciar os erros que imputavam à igreja católica, seja no campo da ciência, seja no campo da moral.

*Um Manicaca* se destaca, também, no contexto literário piauiense, por ser o primeiro romance do Piauí, pois os que foram escritos antes dele permanecem inéditos até hoje, saindo apenas nos rodapés de jornais da época. Dentre esses folhetins, a exceção é *Ataliba, O Vequeiro: Episódio da Seca do Norte*, de Francisco Gil C. Branco, publicado no Rio de Janeiro, em folhetim do *Diário de Notícias*, em 1878, e pela Tipografia Cosmopolita, em 1880. No entanto, neste caso, o público visado era o carioca, o qual se pretendia sensibilizar para a situação do Nordeste, vitimado pelo flagelo da seca. *Um Manicaca*, ao contrário, é um livro de piauiense para piauiense, não só por ser o primeiro romance publicado no Estado, mas, sobretudo, por ser destinado especialmente ao público local. O título da obra, hermético para o leitor de hoje, já aponta para a questão central explorada pelo criador - a guerra dos sexos - visto que "manicaca" significava, na gíria da época, marido dominado pela mulher.

"As moças tiraram-se. - Manicaca? Manicaca é quem é dirigido pela noiva, é o marido governado pela mulher. Manicaca? repetiram, rindo-se, as moças". (Neves, ob. cit., p. 24)

Trata-se de atributo de um dos principais personagens do romance, Araújo, que se deixava manipular por Júlia, sua esposa. O casamento e o papel feminino constituem temas muito discutidos no livro, como será visto adiante.

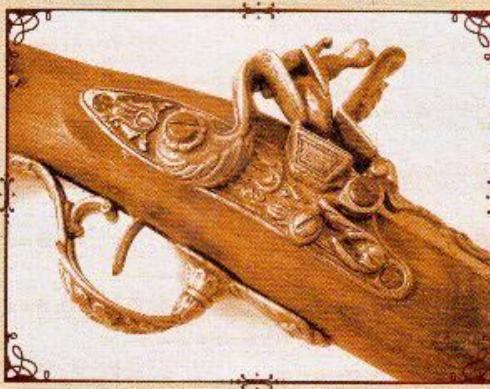
*Um Manicaca* apresenta uma ação lenta, distribuída em dezenas capitulos, em que o drama do manicaca, Araújo, muitas vezes, é colocado em segundo plano para dar lugar ao discurso anticlerical de personagens secundários, sem qualquer participação no conflito central da narrativa, como é o caso dos bacharéis Praxedes e Ezequiel.

A preocupação de defender sua tese contra a igreja e o clero leva o autor a longas digressões, interrompendo a

ação principal que envolve o casal Araújo - Júlia, para introduzir críticas ao catolicismo e seus seguidores ou para mostrar cenas da vida social de Teresina, como os festejos da igreja matriz, as eleições, as festas em casas de famílias, os velórios, as missas e novenas, os folguedos juninos e outros eventos peculiares a uma sociedade provinciana.

O triângulo amoroso de que fazem parte Júlia, o marido

Araújo e o amante Luiz Borges constitui uma trama de pouca complexidade, que pode ser resumida deste modo: contrariada pelo pai na sua pretensão de casar com Luiz Borges, recusado por ser um simples guarda-livros, Júlia torna-se sua amante. Descoberitos pelo pai, Luiz Borges foge para o Pará e Júlia é obrigada a casar com o viúvo Araújo, homem mais velho com uma filha já moça e socio de seu pai. Frustrada, Júlia se vinga maltratando o marido, que, na esperança de conquistá-la, se submete a todos os seus caprichos. Contudo, com o retorno de Luiz Borges, que se torna socio de Araújo, retoma o caso entre os dois. Padece de tuberculose em estágio terminal, Araújo assiste, sem reação, ao adulterio entre a mulher e o socio, na ilusão de conseguirem separá-los. Após um desfalque na loja, Júlia e Luiz Borges fogem para Caxias, no Maranhão, enquanto Araújo morre na tentativa desesperada de alcançar os fugitivos.



Paralelamente, são apresentados outros episódios, tais como o namoro e casamento do Dr. Praxedes e a doença e morte de Candoca, personagem carola e solteirona. Em todos os casos, se evidenciam duas preocupações do autor, a primeira em destacar o papel dos jovens intelectuais na conscientização da sociedade e a segunda em demonstrar a má influência da igreja sobre o comportamento das mulheres. Esses dois aspectos - o papel dos intelectuais e a condição feminina - serão abordados em seguida.

## INTELECTUAIS EM COMBATE

Em *Notas sobre Anticlericalismo na Literatura Pioniere*, Teresinha Queiroz (1988, p. 3) observa o caráter 'combatente' da maioria dos textos produzidos por intelectuais pioneiros do final do século XIX, como é o caso de Clodoaldo Freitas e Higino Gunka. Abdias Neves, que militou com os dois na imprensa maçônica, também pode ser arrolado entre os 'intelectuais em combate', cuja produção escrita se voltou em grande parte para a luta político-religiosa entre intelectuais maçons e representantes da igreja. *Um Manicaca* anuncia desde a epígrafe, 'É era soma l'infame', que é uma literatura combatente, comprometida com uma missão.

Embora os padres sejam apenas mencionados pelos personagens e pelo narrador, não participando diretamente da ação do romance, são constantemente objeto de crítica no discurso masculino, geralmente, dirigido aos ouvintes femininos, como mostra o exemplo em que João Sousa tenta abrir os olhos da filha Candoca: "O padre é um ganhador: uma missa custa tanto; um batizado, tanto, um casamento, tanto. Se o pobre não tem dinheiro, o filho moço lhe pagão; não se casa na igreja; não se enterra. A igreja é uma para o pobre, e outra para o rico. Os ricos merecem tudo, o pobre nada. A questão é dinheiro. Por que o padre não faz como Cristo? Cristo jamais vendeu os seus sacramentos. Cristo era pobre, o padre é rico, e não faz esmolas, e não reza uma novena, então faz um sermão, não faz nada, se os devotos não pagam seus serviços". (Neves, ob. cit., p. 25.)

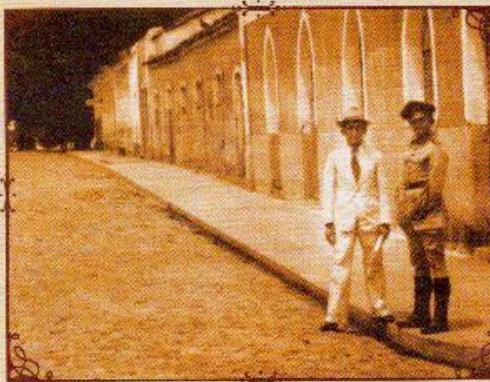
A venalidade dos padres é denunciada também no discurso do intelectual Dr. Praxedes para uma platéia de moças:

"Que espírito cristão é esse? Vem o pobre e pede nos uma esmola para comer, despedimos sem nada. Vem o padre e diz que precisa de dinheiro para fazer o serviço divino (que ele não tem obrigação de fazer de graça) e mandamos todo o dinheiro de que, na ocasião, podemos dispor. Por que o padre não reza novena por sua conta. Porque pede 50\$ por um sermão? E se não paga, ele não faz a festa. A obrigação de festejar os santos é, pois, dos devotos, não é dos padres?" (Neves, ob. cit., p. 28-29.)

O anticlericalismo de *Um Manicaca* se concentra no repúdio à figura do padre. Muito mais que a crítica aos fundamentos da religião, se destaca a acusação sobre a conduta nociva do clero, apontado não só como venal, mas também como prevaricador, prevalecendo-se da intimidade do conselheiro para seduzir as mulheres. É assim que é representado o Pe. Jacinto, no diálogo entre Luiz Borges e Júlia, quando os dois constatam que era o padre o autor das cartas anônimas que denunciavam o romance entre eles. Tratava-se da viagem do clérigo, cujas investidas amorosas haviam sido rechacadas por Júlia.

Em oposição ao padre, o intelectual maçom encarnado pelo Dr. Praxedes representa o cidadão 'politicamente correto', dai porque é apontado por Yara Neves (apud Neves, ob. cit., p. II.) como um auto retrato do romancista. Na verdade, o Dr. Praxedes corresponde ao tipo de intelectual daquele período, bacharel formado em Recife, maçom e, como diz Teresinha Queiroz (ob. cit., p. 3), instrumentalizado para defender, através da imprensa, da política partidária, da maçonaria e da literatura, mudanças na sociedade.

Embora não haja referências explícitas à situação financeira do Dr. Praxedes e nem a suas atividades profissionais, este é apresentado como pessoa prestigiada, objeto de admiração de todos e 'bom partido' almejado pelas moças casadouras. O diploma de bacharel e a fama de homem culto atraem não apenas as moças, mas, sobretudo, os pais que viam num gênio "doutor" uma oportunidade de ascensão social.



Os intelectuais piauienses, nesse período, embora constituíssem uma elite cultural, na maioria dos casos, não dispunham de dinheiro e de poder político. A maior parte sobrevivia de empregos públicos, pois a atividade jornalística não rendia lucros. A sua maior vantagem era influir na vida política e propiciar aos homens da imprensa ascensão a posições de mando no governo do Estado e na política partidária.

Os jornais não eram ainda empresas comerciais, não nasciam de necessidade do mercado, rigorosamente. Queriam apenas formar a opinião pública. Em certos casos vendiam a informação, mas não viviam disso.

Há autores que vêem na contenda entre a igreja e a maçonaria apenas um desdobramento da luta pelo poder político. A separação entre Igreja e Estado, implantada pela República, provocou a necessidade de reação do clero contra a maçonaria, na tentativa de recuperar o espaço perdido junto à sociedade.

O Dr. Praxedes, como o próprio Abdias Neves, se enquadra entre os intelectuais que Sevcenko (1989) chama de 'paladinos malogrados' do sistema republicano:

"Os homens de talento sentiam-se unanimemente repelidos e postos de lado em favor de aventureiros, oportunistas e arrivistas sem escrúpulos". (1989, p. 87)

É este mesmo sentimento que o autor faz constar em relação ao Dr. Praxedes, no discurso de Luiz Borges: "Em política era assim mesmo. Por que não colocavam Dr. Praxedes, um rapaz de talento, culto e trabalhador? Pelo contrário. Temiam-no". (Neves, ob. cit., p. 59)

Ainda que o Dr. Praxedes seja o mais qualificado enquanto porta voz do anticlericalismo, este se faz presente no discurso de quase todos os personagens masculinos, desde o de Ernesto, acadêmico de Direito até o de Luiz Borges, que não possuía formação intelectual nem moral para elaborar uma crítica à doutrina católica. Sua falso na boca de certos personagens o discurso anticlerical como o de Luiz Borges, simples guarda-livros, a contestar com argumentos científicos os ensinamentos bíblicos: "Se os livros santos lhe narram, por exemplo, a viagem de Jônatas, três dias, no ventre do peixe e o seu regresso à terra firme, lampeiro e bem disposto - ele acha que isto

é nada, diante da maravilha de outros milagres. Digam-lhe, porém, que, sendo a terra esferoidal, Jesus não podia, na tentação da montanha, ver todos os povos como afirma o *Novo Testamento*". (Neves, ob. cit., p. 59.)

A narração em terceira pessoa não isenta o narrador da propaganda anticlericalista que domina todo o romance. Aliado aos personagens masculinos, etc., de forma irônica, insinua a exploração financeira da igreja sobre os fiéis.

"Dentro, nas salvas de prata, caíam as esmolas com um timido bastante prometedor". (Neves, ob. cit., p. 27.)

A cidade de Teresina, transfigurada na visão do narrador, aparece cercada por suas igrejas como se fossem muralhas a prender lhe movimentos. Os festeiros religiosos são comparados a cerimônias bacantes. É a imagem do atraso e da inconsciência atribuída à sociedade piauiense do final do século XIX.

"A leste e ao sul, a igreja de São Benedito e a das Dores erguiam as torres escutárias e silenciosas, como velhas ameias abandonadas de fortalezas em ruínas. Ao poente, a matriz zumbia, fortemente iluminada, como uma festa pagã de vinhos e mulheres". (Ob. cit., p. 23.)

A função crítica e combatente dos textos produzidos pelos intelectuais piauienses

neste período, sejam esses textos de caráter fictional ou não, se deve ao espírito de renovação soprado pela Europa, onde, segundo Sevcenko, (ob. cit., p. 81), "havia se estabelecido uma vanguarda científica, centrada nas ciências naturais e que, entre outras coisas, proporcionou uma nova explicação da existência humana, através da teoria darwinista, dispensando a tutela da igreja e da filosofia". Esta nova explicação, conforme ainda o autor, pela facilidade de entendimento, foi amplamente divulgada por meio de opúsculos, o que permitiu a sua vulgarização enquanto teoria geral do comportamento e da ação humana.

Essas informações podem justificar o excesso de personagens anticlericais de *Um Manicaca*, pois, de um lado, trata-se da representação da popularidade dos ensinamentos positivistas em território brasileiro e de outro, trata-se mesmo da tarefa de divulgar, através da literatura, os postulados da doutrina comitana.



## A MULHER ENTRE A CASA E A IGREJA

A começar pelo título, que traduz uma postura machista. *Um Manicaca* é um romance que se caracteriza pelo discurso antifeminista. Os personagens femininos são francamente hostilizados pelo narrador que os apresenta quase sempre de um ponto de vista desfavorável. A condição feminina por si já é uma condição de inferioridade, segundo a ótica do romance, pois, se a narrativa apresenta uma Teresina em guerra, tendo de um lado a igreja e de outro a maçonaria, e se coloca homens e maçonaria de um lado e mulheres e igreja de outro, o narrador assume uma postura nitidamente favorável aos príncipes, atacando e desqualificando as mulheres enquanto aliadas do clero.

Contudo, a questão não é de fato o confronto entre homens e mulheres. Trata-se de uma disputa entre homens. A mulher, segundo o pensamento masculino, expresso pelos personagens e pelo narrador, é apenas um instrumento nas mãos dos padres que a utilizam para atingir seus fins escusos. De acordo com o discurso dos personagens masculinos, a mulher serve de veículo da igreja para propagação de calúnias contra os maçons:

"... e então inflavam contra ele a campanha odiosa de beatas. Apresentavam-no como inimigo de Deus, para se servirem das mulheres contra ele.

- Contra?

- Ora essa. E você conhece inimigo pior do que uma mulher fanática? Inventa coisas do inferno. Não dorme. Não descansa. Joga com o boato que ninguém salve de onde nasceu. Um belo dia a verdade inteira contém uma infâmia que se não deu, mas, nem por isso causa menos mal". (Neves, ob. cit., p. 59.)

As mulheres são representadas como ingênuas, futeis, supersticiosas e, não raro, maldosas. A única mulher que tem caráter positivo é Mundoca, a escolhida pelo Dr. Praxedes. O casamento com o bacharel é o premio que recebe por seu comportamento diferente da maioria das mulheres. A felicidade conjugal é garantida pela adesão feminina ao pensamento masculino, como se pode observar no discurso anticlerical da noiva do Dr. Praxedes:

"- Já estou casada. A ida à igreja é uma simples formalidade, sem valor. Quem casa é o juiz, não é o padre". (Neves, ob. cit., p. 118.)

Enquanto Mundoca goza os benefícios do casamento ao lado de seu amado, Cândoca sofre as consequências do seu apego à religião, que, na interpretação do Dr. Praxedes, motivara sua morte:

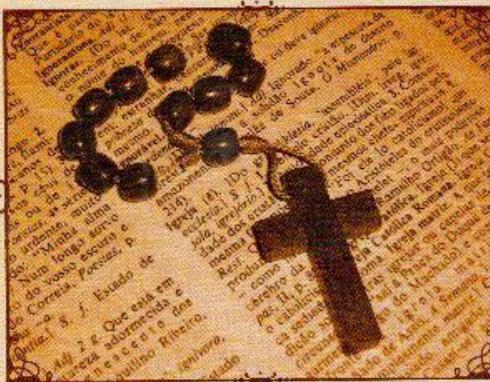
"- É muito simples, explicou Praxedes. O atestado acusa como causa mortis uma meningite. Pois bem. É a moléstia dos místicos. A exaltação religiosa os predispõe, a causa mais simples, um traumatismo, uma infecção a motiva. São os místicos, vocês não ignoram, verdadeiros docentes vivem numa excitação cerebral perigosa; tem um cortejo de desordens orgânicas observadas e registradas pela clínica médica". (Ob. cit., p. 184.)

As mulheres casadas, entretanto, são o objeto da crítica mais contundente do romance. A elas é imposta a obediência ao marido, pois este, como diz Ernesto, "é mais culto, em geral mais talentoso, mais experiente. Se é ateu, se não crê e a sua companheira é devota, é isto um desrespeito". (Ob. cit., p. 185.) Divergir das ideias do marido constitui uma afirmação, uma desmoralização perante a opinião pública que passa a apontá-lo como "um manicaca".

Continuado ao espaço doméstico, a mulher encontra na igreja uma ampliação de seu limitado mundo. Frequentar a igreja, antes de um atestado de fé, significa um gesto de rebeldia. A adesão quase marxista das mulheres ao catolicismo, entretanto, é atenuada no discurso masculino, que atribui à falta de diversão na cidade o interesse feminino pelas missas e novenas:

"... Os homens que se divertem mais, que andam todo o dia fora, encontram distração nas próprias ocupações, são quase indiferentes à religião dos padres. As senhoras, se não forem à igreja, morrerão de tédio". (ob. cit., p. 168.)

De fato, a igreja funcionava para a mulher como um lugar de compensação, pois ali ela podia exercer a função de sujeito, tendo papel ativo em atividades apostólicas, como as associações das "Filhas de Maria" ou do "Culto ao Sagrado Coração de Jesus", integrando comissões para preparar as festas religiosas e participando



de reuniões fora de casa. Contudo, o mais importante é que ser católica praticamente era a forma de a mulher desafiar o homem, mostrando a sua individualidade, condição que não lhe era reconhecida no casamento. O homem, como demonstram as palavras de um dos personagens, não aceita que a mulher possa colocar seus interesses individuais acima de suas obrigações domésticas:

"Não imporei minhas crenças à minha mulher, mas não permitirei que se confesse, que vá morar nas sacristias, que me esqueça e à casa para trabalhar pela salvação futura da alma". (Ob. cit., p. 185.)

O casal Chaves: Eufrosina representa o exemplo mais radical do conflito entre esposa beata e marido maçom. A mulher é pintada de forma caricata, como seia gorda, ignorante, fofoca e desleixada. Ironicamente, o narrador, por meio do discurso indireto livre, deixa fluir o pensamento do marido sobre a esposa:

"Via a dividir-se em casa entre o rosário e a panela, esquecida dos seus afazeres domésticos. E, palavrinha, preferiria não ter essa gloriosa expectativa de contar uma santa na sua família de pobres diabos. Era hora demais. Preferiria uma boa mulher, sem aquelas banhas e tão grandes virtudes". (Ob. cit., p. 184.)

Como se pode notar, o que importa é que a mulher atenda às necessidades práticas do homem, ou seja, que tenha um corpo atraente, seja dócil e obediente e que cuide bem dos afazeres do lar.

O caso de Chaves e Eufrosina simboliza a luta entre igreja e maçonaria dentro da própria casa, no seio da família, enfatizando a força desse acontecimento na vida piauense no final do século XIX. Mas, por outro lado, serve ainda ao propósito de denunciar o trabalho desagregador da igreja, tirando a mulher do lar e levando-a para a rua.

A limitação do espaço feminino aparece como uma medida de proteção contra os perigos de fora, os quais a mulher na sua inexperiência não saberia como enfrentar. Assim, o próprio espaço da igreja é apresentado como um "antro de perdição". O confessionário é uma arma de sedução e o padre um conquistador de donzelas e matronas desavisadas. Até mesmo a esperta Júlia, esposa do "manicaca", quase se torna vítima das investidas sexuais de seu confessor.

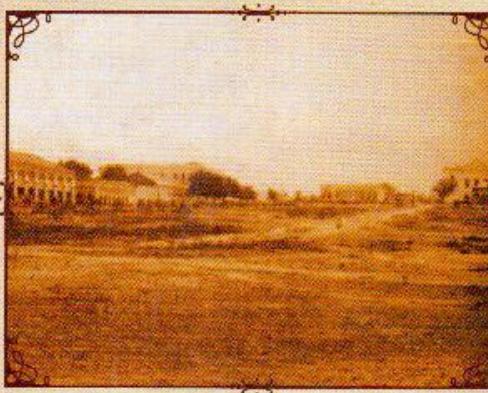
O discurso da igreja está praticamente ausente do romance, na maioria das vezes aparece parodiado no discurso anticlerical, seja do narrador, seja dos personagens masculinos, sempre com a intenção de desautorizá-lo.

Apenas numa passagem o discurso clerical é colocado diretamente, trata-se do episódio do sertão de Pe. Jacinto, que é ouvido por Araújo e imediatamente contestado pelo discurso misto do narrador e do personagem:

"Araújo não quis ouvir mais. Apesar de católico, sabia que, se a religião declina, uma das causas que a tem mais abatido é a desmoralização do clero, pelos escândalos que dá, pela sede de ouro, pela venda dos sacramentos, pela intolerância e pelo arrojo com que, nesse século de livre exame, de raciocínio e de crítica, ele quer amordacar as consciências, impondo a ferro e a fogo, a todos os espíritos, crenças e superstições grosseiras. Não esperou o fim. Saiu". (Ob. cit., p. 91.)

As mulheres são objetos de crítica também por parte da igreja. O sertão do Pe. Jacinto é um libelo de acusação ao comportamento feminino: "Moças da sociedade, estas só aparecem quando há música e foguetes e animação". (ob. cit., p. 90.). Assim, o homem, seja marido ou seja padre, nega à mulher o direito ao prazer, reivindicando cada um o direito de dominá-la. A mulher deveria, desta forma, ficar numa situação de impasse "entre a cruz e a espada", ou melhor, entre a igreja e a casa, entretanto, ela não se dá por vencida e utiliza todos os meios de que dispõe. Eufrosina continua a aticar o ódio entre os homens, ou seja, entre padres e maçons. Júlia, por sua vez, ao fugir com o amante, desmoraliza o casamento, a instituição mais prestigiada no universo masculino, tanto pelos representantes da igreja, como pelos representantes da maçonaria.

A igreja, enquanto espaço exterior ao lar, tem papel significativo na emancipação feminina, pois constitui o primeiro território conquistado pela mulher na sua marcha de liberação. Nessa narrativa, porém, este fato não é admitido. *Um Manicaca* está longe de fazer uma análise imparcial, pois, sendo um romance naturalista, tem compromissos com as teses positivistas, doutrina professada por seu autor.



## CONCLUSÃO

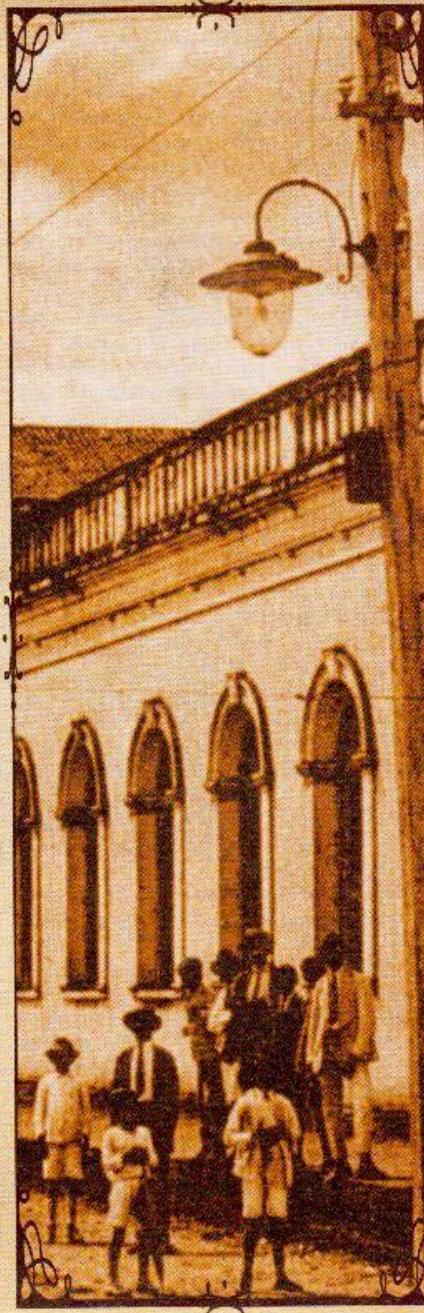
Abdias Neves cumpre, no seu romance, parte do projeto dos intelectuais piauienses do início do século XX de difundir as teses positivistas e combater o poder da igreja na sociedade. Não obstante possíveis prejuízos estéticos na organização romanesca, *Um Manicaca* cumpre fielmente o objetivo da literatura naturalista: retratar a sociedade piauiense estagnada pela ação obscurantista da religião católica.

*Um Manicaca* oferece farto material à pesquisa da história literária no Piauí. Encontra-se na obra uma infinidade de temas a serem analisados do ponto de vista histórico, sociológico, linguístico e literário. Os temas abordados nesta análise – o papel do intelectual e a condição feminina – muito ainda podem ser explorados em outras abordagens, pois muito tem ainda a dizer sobre a relação da obra com a sociedade de seu tempo.

\*Maria do Socorro Ribe Magalhães é doutora em Letras pela PUC-RS e professora do Instituto Cândido Filho.

## Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Paulo Gomberg. *A Luta Político-Religiosa entre a Igreja e a Missaréia no Piauí (1902-1914)*. Carta Capo, Teresina, v. II, n° 2, jul./dez., 1986.  
NEVES, Abdias. *Um Manicaca*. 2<sup>a</sup> ed. Teresina: Projeto Pernambuco, Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.  
QUEIROZ, Teresita de Jesus Mesquita. *Notas sobre o Antidescrachado na Literatura Piauiense*. São Paulo, USP, 1998. Mimeo.  
SIVCENKO, Nivaldo. *Literatura Ceará, Meados Séculos XIX e XX: Crônicas Ceará na Primeira República*. São Paulo: Brasileiro, 1989.





Colo Barros Coelho\*

Ainda estudante, tive oportunidade de ler o livro *Farias Brito - O Homem e a Obra*, de Jonathas Serrano\*, em que nos apresenta a figura desse "defensor da causa espiritualista no Brasil", nascido em São Benedito, Ceará, "obscuro povoado da serra da Ibiapaba", em 24 de julho de 1862.

## PENSADORES

Revista PRESENÇA

Dessa leitura, feita numa época em que não me era dado ainda penetrar, mesmo superficialmente, os arcados da filosofia, nasceu certa afecção ao labor intelectual desse homem simples, frustrado em muitas de suas legítimas aspirações, mas entregue à meditação e ao estudo de problemas filosóficos que hoje o apontam como nosso mais autêntico representante nessa área.

Passando pela Faculdade de Direito do Recife, no período de 1881 a 1884, vivem, portanto, o momento áureo da Escola, em que, ao redor de Tobias Barreto, "agrupavam-se jovens que desejavam ouvir uma linguagem diferente daquela com que os velhos lentes da Academia do Recife enjovavam e adormeciam a juventude da época".

Embora também sentisse o sopro das idéias novas de um bônho naturalista que animava essa juventude, seu caminho, porém, foi outro, pois, como afirma Jonathas Serrano<sup>1</sup>: "o jovem cearense não se deixou empolgar nem pelo monismo materialista, nem pelo positivismo de Comte, nem pelo evolucionismo de Spencer".

Demonstrando a partir daí sua preocupação por questões filosóficas, como assinala o seu biógrafo, "ainda não tem doutrina definitiva própria bem assentada". A sua vocação de filósofo, sem dúvida, encontrou no movimento que envolvia as inteligências acadêmicas em torno daqueles e de outros pensadores, o estímulo necessário para examinar as suas doutrinas e compreender o sentido da evolução intelectual que elas encarnavam.

Diamente oposto às correntes assumidas pelo grupo dos discípulos de Tobias, sofreu, no entanto, como anota Jonathas Serrano, a influência deste no tocante à preferência pelo **alemanismo** e tornou-se um defensor da metafísica, indo buscar nos filósofos alemães principalmente - Lange, Bruno Fischer, Schopenhauer e Von Hartmann, o modelo para sua elaboração filosófica, de mistura com as doutrinas traçadas por Vacherot, Graty, Rennuvier, Spencer e Bergson.

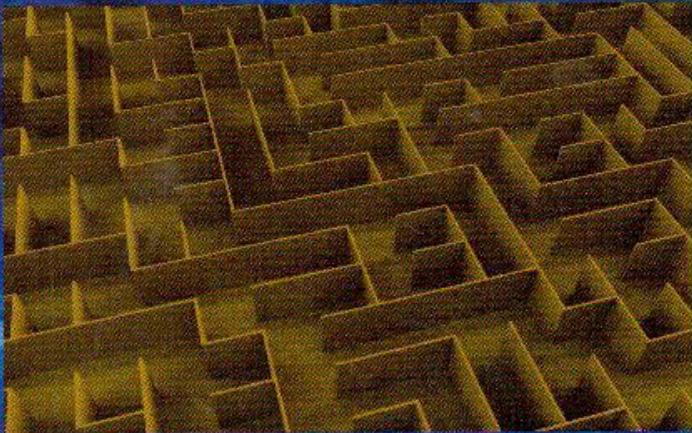
Concluindo o curso de Direito em 1884, deixou o ambiente cultural da Escola do Recife e volta à terra Natal, à procura, sem dúvida, de uma alegria em que pudesse amenizar a situação de carência da família, pois seus estudos em Recife só foram possíveis gracias à perfinácia do pai, Marcelino José de Brito, em educá-lo.

Este, chegando ao Recife com a família para matricular o filho na Faculdade, teve que assumir modesto emprego de porteiro. Formado Farias Brito, estava cumprida a missão do pai, que o levava até ali. Impunha-se regressar à terra natal, pois já estava garantida a nomeação do jovem bacharel para a Promotoria de Vícosa. Depois passaria à de Aquiraz.

Era o primeiro passo na vida pública e no exercício de funções que, pelas condições da época, poucos o atraíam. Af adquiriu experiência e lhe sobrava tempo para cuidar da questão que mais o seduzia: a encruzilhada filosófica.

Atraído também pela política, via nessa atividade um instrumento para completar o seu ideal de filósofo, por reconhecer que "as duas manifestações fundamentais do espírito humano na marcha geral da sociedade são a política e a filosofia". E afirmava: "A política dá em resultado o direito. A filosofia dá em resultado a moral; e o direito e a moral são as duas alavancas, os dois eixos centrais do grande mecanismo social".

Colocado o seu idealismo na confluência dos valores que emanam dessas manifestações do espírito, é fácil compreender que Farias Brito procurava na política uma atividade que completasse sua vocação de filósofo, na ingênua suposição de que, na prática, fossem compatíveis. Os acontecimentos políticos que se



sucederam, na fase de transição do regime, e as vicissitudes que ele mesmo suportara, deixaram no seu espírito a certeza de que na política não encontraria o reduzido para a sua meditação filosófica e longe estava de apresentar em resultado o Direito. Sentiu que nela dominavam as ambigüezas e os esquemas de poder fora do controle do saber.

Ainda era cedo, porém, para se voltar a sua verdadeira educação e procurar, ao abrigo das meditações filosóficas, a confortável disposição para o estudo e para o trabalho nessa linha de proficiência.

Teria de passar pelo crivo da provação política, onde só encontra decepções, o que o levou a derivar para a advocacia. Mas, insatisfeito com o meio em que vivia e movido por mais ampla aspiração intelectual, segue para Belém do Pará, onde exerce as funções de professor substituto na Faculdade de Direito, professor de Lógica, no Liceu, e de promotor público do Estado.

Já então havia publicado, ainda no Ceará, dois volumes de sua obra filosófica: *A Finalidade do Mundo*.

# GRUPO HARÉM 20 ANOS

Manoel Nascimento<sup>6</sup>

Foto: Arquivo Grupo Harém de Teatro



O Diretor Arseniovaldo Martins e equipe da peça O Auto do Lampião no Além

Nascido Grupo de Teatro "Harém Pictures" no dia 10 de setembro de 1985 e posteriormente renomeado Grupo Harém de Teatro, essa Cia de atos e cenas piauienses está completando em 2005 vinte anos de atuação. Presente na cena local e nacional com uma participação inquestionável, tem ao longo de sua carreira defendido a filosofia do resgate do homem brasileiro ao centro do exercício teatral. Nessa linha de trabalho prestado à comunidade conquistou, essencialmente, o público daqui e alhures e trouxe ao Piauí o orgulho hareniano que aproximou o Estado das mais diversas plateias nacionais.

Na valorização da dramaturgia piauiense o Harem montou de Francisco Pereira da Silva, natural de Campo Maior, as peças *Os Dois Amores de Lampião Antes de Maria Bonita, Nunca Antes Revelados, O Vaso Suspíriado e Raimundo Pinto, Sim Senhor!*, o maior fenômeno de público e crítica já registrado no Piauí.

Esta última montagem recebeu, entre outros, o prêmio de melhor platéia nacional, em Brasília,

concedido pela FUNARTE, em 1993 e permanece em cartaz há mais de doze anos. Outro autor local encenado pelo Grupo foi Gomes Campos com o *Auto do Lampião no Além*. Baseado em literatura de cordel, o texto realeja as idiosyncrasias e mazelas do homem brasis e revela uma crítica social mordaz como base de toda uma boa arte formada pública. Tão premiada quanto *Raimunda Pinto*, o *Auto do Lampião no Além* mereceu por sua encenação contemporânea e cinematográfica os prêmios de 3º Melhor Espetáculo Nacional, no Festival Brasileiro de Teatro Amador e o "Prêmio do Mérito Lusófono" para países que falam a língua portuguesa, oferecido pelo governo português, através da Fundação Joaquim Nabuco. Outros dramaturgos encenados: Benjamin Santos, com a peça *O Príncipe do Piauí*, espetáculo que representou o Brasil no Festival Internacional de Teatro "Sementes para o pequeno público", em Almada - Portugal; Plínio Marcos com *Dois Perdidos Numa Noite Sojá*, resultado de uma parceria cultural entre o Grupo Extremo, de Portugal e o Grupo Harém de Teatro e, Maria Clara Machado, com o *Cavalinho Azul*.

## TEATRO

Revista PRESENÇA

Para as comemorações dos 20 anos do Harém que ocorrerão durante todo o corrente ano, o Grupo começará a desenvolver os projetos de outorga do Prêmio de Teatro "Troféu Chico Pereira da Silva"; a volta do grande sucesso aos palcos de *Rainhaundá Pinto, Sim Senhor!*; a montagem infantil de *A Menina e o Vento*, de Maria Clara Machado e a adaptação de *O Anão do Carvalho Grande*, de Plínio Marcos.

Em agosto/2005 será realizado o Festival Lusófona, evento que pretende proporcionar um intercâmbio contínuo e sistemático, através do desenvolvimento de um projeto de apresentações, oficinas, palestras e debates que apontem para uma aproximação produtiva entre criadores, produtores e estudiosos das várias nacionalidades que utilizam o teatro de língua portuguesa.

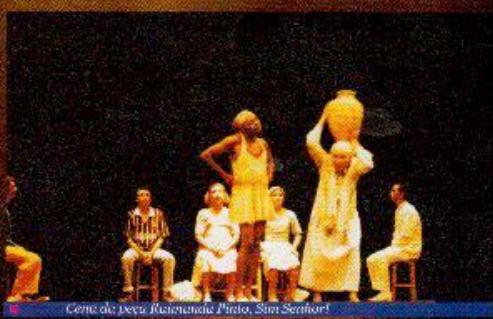
Até dezembro, quando deverão ser encerradas as festas de aniversário do Grupo, a comunidade piauiense poderá contar ainda com ciclos de palestras "Teatro em cena", remindo intelectuais do Estado como Gomes Campos, Tarciso Prado, M. Paulo Nunes e outros da esfera nacional como Adelbal Freire Filho.

O prêmio "Troféu Chico Pereira da Silva" que homenageia o maior dramaturgo piauiense de efetiva atuação no cenário nacional, não só como autor de peças, mas também como crítico de arte, será entregue em dezembro para os destaques do teatro em melhor apresentação.

"Kanice Nascimento é radialista e membro do grupo Harém de Teatro.



Arimaúna Martins e elenco aguardando no Palco do Theatral 4 de Setembro



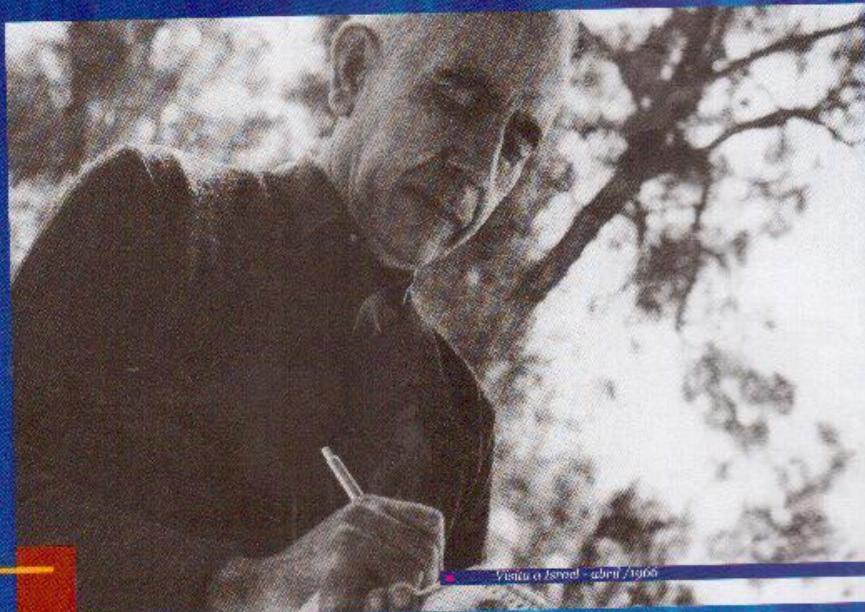
Cena de peça Rainhaundá Pinto, Sim Senhor!



Grupo Harém de Teatro concedendo entrevista à imprensa local

## ESCRITOR DE TODOS OS MOMENTOS

M. Paulo Nunes  
Foto: Arquivo pessoal de Andris Silva.



Visita o Ivo - 1969 / 1968

Em conferência proferida pelo poeta Lédo Ivo, na Academia Brasileira de Letras, e incluída no último número da revista *Presença*, do Conselho de Cultura do Piauí, que lhe é em parte dedicado, e intitulada "Os Modernismos do Século XX", há um novo e revolucionário enfoque sobre aquele significativo movimento de nossas letras, que oficialmente se inicia com a Semana de Arte Moderna, de São Paulo, de 1922, e aqui desejarmos relembrar.

Para o autor de *Ode e Elegia*, a famosa Semana foi acima de tudo uma festa paulista, financiada pela aristocracia do café, representada pelos Prados e Penteados, inclusive pelo noticiário do jornal que a promovia, o conservadoríssimo *Correio Paulistano*. Não teve ela assim maior repercussão no resto do país.

O verdadeiro modernismo, aquele que de fato modificou os cânones estéticos de nossa cultura literária e artística, foi resultante do romance nordestino de 30 ou de documentação social da vida brasileira, que tem como marco inicial o romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, de 1928. A partir daí é que se

projetaram nacionalmente figuras exponenciais de nossa literatura, como Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Amando Fones e outros mais, revelando com sua obra de denúncia o drama das populações marginalizadas de nossa hinterlândia ou de nossas periferias urbanas. Foi um instante solar do romance brasileiro de tão marcante influência em nossos padrões literários.

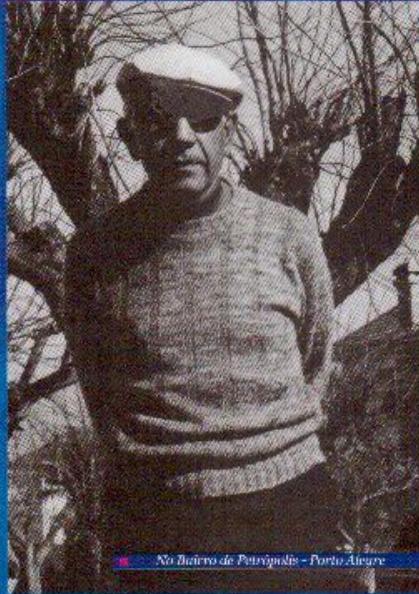
A partir daí foi que, de cada região do país, começaram a aparecer os novos romancistas, pretendendo traçar, cada qual à sua maneira, um retrato do Brasil. Érico Veríssimo, cujo centenário de nascimento se celebra a 8 de novembro do corrente ano, foi um deles, fazendo convergir a sua notável obra romanesca para os problemas sociais de sua região, o Rio Grande do Sul. Tornar-se-ia assim também um dos maiores criadores do romance urbano, entre nós, na linha de Machado de Assis e Lima Barreto, este, agora finalmente redescoberto pelas nossas élites pensantes e preconcetrutosas, com a reedição de sua obra.

# ÉRICO VERÍSSIMO

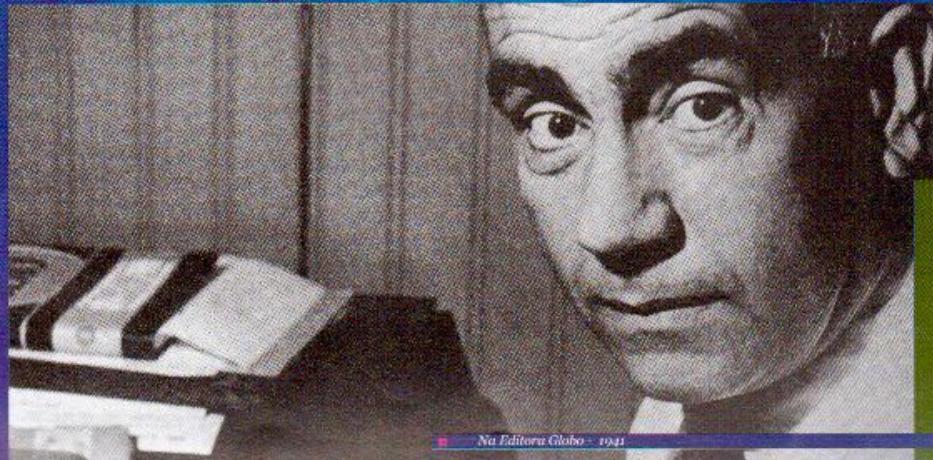
Revista PRESENÇA

Iniciando sua carreira literária com um livro de contos, *Pantaneiros*, de 1932, transformar-se-ia ele no romancista da cidade de Porto Alegre, de modo especial de sua pequena burguesia urbana, com *Clarissa*, *Caminhos Cruzados*, *Um Lugar ao Sol*, *Música ao Longe*, *O Resto é Sílêncio*, *Olhai os Lírios do Campo*, *Saga*, em que reconstitui um episódio da Guerra Civil Espanhola, e com incursões ainda por outros temas de caráter universal, em que retrata a tragédia da condição humana em todos os tempos e lugares, como *O Senhor Embaixador*, sobre o drama político da América Latina, com a criação de um dos personagens maiores e mais fortes de sua galeria de tipos, Gabriel Heliópolis; *O Prisioneiro*, enfocando a guerra do Vietnã; a novela *A Noite*, ou aquele admirável romance, o último de sua bibliografia, *Incidente em Antares*, na linha do realismo fantástico, e que constitui uma crítica contundente aos nossos costumes políticos ou à nossa miséria social, das mais agressivas do planeta.

Mas não poderia faltar, nessa ligeira resenha, uma breve referência à obra monumental que ele declara ter sido o livro que desejou mas sempre temeu escrever, *O Tempo e o Vento*, a saga da formação social do antigo continente de São Pedro, que resultou no Rio Grande. Constituído pelo tríptico *O Continente*, *O Retrato* e *O Arquipélago*, é o retrato, de corpo inteiro, daquela Província tão presente em nossa história política e social. Constrói o romancista com este livro épico figuras que passam a fazer parte de nossa galeria de personagens como se fossem erigidos em blocos de granito: Ana Terra, Bibiana, Maria Valéria, Rodrigo Cambará, ou os mais modernos, como o último Rodrigo, Toribio, Floriano, Silvia, cujo diário, extraído de *O Arquipélago*, se abra a ler em nova edição, e muitos outros que formam essa galeria de homens e mulheres que são o retrato vivo daquele povo e daquela província, que passam a integrar, com lágrimas e sangue, a pátria brasileira.



Na Baía de Petrópolis - Porto Alegre



Na Editora Globo - 1941

## HISTÓRICO

Érico Veríssimo nasceu em Cruz Alta - RS, no dia 17/12/1905.

Neste ano de 2005 a cultura brasileira vai festejar o centenário de nascimento desse grande romancista, de imensa variedade temática, reconhecido e admirado pelo público leitor, extrapolando nossas fronteiras e sendo traduzido em diversas línguas.

O extraordinário Érico foi uma criatura sofrida pela dissolução da família e crdo leve que enfrentou os mais diversos trabalhos, desde vendedor, bananeiro e balconista de farmácia, adquirindo assim uma formação profundamente humana. Casou-se com Mafalda Holten Volpe, uma paixão da adolescência, que lhe deu dois filhos: Clarissa e Luiz Fernando Veríssimo.

Érico foi leitor e escritor de todos os momentos - no balcão da farmácia ele preferia ler.

Em 1932, com a edição de *Fantoches*, pela Livraria Globo, iniciou sua brilhante carreira literária. Em 1935 era premiado pela Fundação Graça Aranha por seu romance *Caminhos Cruzados*.

Mas foi com *Olhai os Lírios do Campo*, que seu nome atingiu todos os recantos do país.

Desde 1943, quando viajou pela primeira vez aos Estados Unidos, empenhou-se em divulgar a literatura e a cultura brasileira no exterior. Seu prestígio cresceu a tal ponto que, em 1953, assumiu a direção do Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos, cargo que exerceu por três anos.

Andou por diversos países, fazendo conferências e ministrando cursos, divulgando a nossa cultura.

Assim foi a vida desse extraordinário romancista, até a sua morte súbita, uma vida cellada antes de completar 75 anos.



■ Érico e seu amigo paulistano Abílio Sílea

### PRINCIPAIS OBRAS

#### Romances e novelas:

*Clarissa* (1933); *Caminhos Cruzados* (1935); *Música ao Longe* (1935); *Um Lugar ao Sol* (1936); *Olhai os Lírios do Campo* (1938); *Saga* (1940); *O Resto é Silêncio* (1943); *Noite* (1945); *O Tempo e o Vento - O Continente* (1949); *O Tempo e o Vento - O Retrato* (1951); *O Tempo e o Vento - O Arquipélago* (1961); *O Senhor Embaixador* (1965); *O Prisioneiro* (1967); *Incidente em Antares* (1971).

#### Livros de Viagem

*Galá Preto em Campo de Neve* (1941); *A Volta do Gato Preto* (1945); *México* (1957); *Israel em Abril* (1970); *Galeria Fosca* (1987).

#### Contos

*Fantoches* (1932); *As Mãoz de Meu Filho* (1942); *O Ataúde* (1959).

#### Literatura Infantil e Juvenil

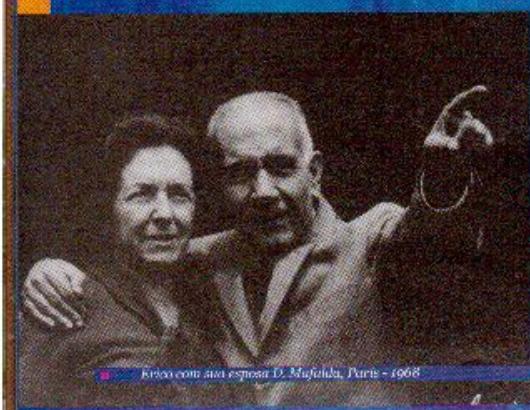
*A Vida de Joana D'Arc* (1935); *As Aventuras do Avião Vermelho* (1936); *Os Três Porquinhos Pobres* (1936); *Rosa Maria no Castelo Encantado* (1936); *As Aventuras de Tibicenara* (1937); *O Urso com Música na Barriga* (1937); *A Vida do Elefante Basílio* (1939); *Outra Vez Os Três Porquinhos* (1939); *Viagem à Aurora do Mundo* (1939); *Aventuras no Mundo da Higiene* (1939).

#### Biografias e Memórias

*O Escritor Diante do Espelho* (incluída na edição da Ficção Completa, v.3, Rio de Janeiro: ed. Aguilar, 1967); *Um Certo Henrique Bertaso* (1972); *Sólo de Clarineta - I e II*, 1974/76.

#### Ensaios

*Brazilian Literature: an Outline* (1945), vertida para o português como: *Breve História da Literatura Brasileira* (1996).



■ Érico com sua esposa Mafalda, Paris - 1968

**GUARDIÃO DA HISTÓRIA**

**MUSEU DO PIAUÍ**

**GUARDIÃO DA HISTÓRIA**

Revista PRESENÇA

Baixada Cardoso de Melo<sup>5</sup>  
Foto: Acácio Fernandes - Jornal O Dia  
Auzeliano Melo

Escravaria interna e escadaria do Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes

**Patrimônio Cultural do Estado, o Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes é guardião da história e tem como finalidade preservar o patrimônio histórico do Estado e do país, testemunhando o perfil cultural de um povo. Desde o edifício, restaurado e entregue no dia 12 de maio, com recursos do Ministério da Cultura e Governo do Estado, até o acervo raro e de riqueza singular, a instituição é um dos espaços mais valiosos do Piauí.**

O Museu do Piauí, tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual pela lei nº 4.515, contém aproximadamente 7 mil peças, incluindo algumas pré-históricas e objetos que resistiram aos séculos e fazem parte do acervo, para apreciação de estudantes, turistas e população em geral. É uma porta de acesso ao passado que revela a grandeza da cultura piauiense, sem deixar de lado o tempo atual.

São mobílias utilizadas pelas famílias nobres do Piauí Colônia e do Império, exemplares de louças da Companhia das Índias, porcelanas chinesas e inglesas, objetos de tortura usados na época da escravidão, arte sacra e elementos da Pré-História. Ainda reserva aos visitantes a grata surpresa de evidenciar o quanto o Piauí tem de especial nas artes plásticas, com peças raras

de piauienses como Lucílio de Albuquerque, Afrânio Castelo Branco, Lázaro Medeiros, Nonato Oliveira, Fernando Costa, Dora Parentes, Gabriel Archanjo, Josefina Gonçalves, Tupy, Amaral, Ilostyano Machado, Josafá, dentre outros.

Uma visita ao Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes é um aprendizado constante. Cada peça tem um pouco da história do Estado. Assim, a instituição é detentora de anos, décadas e séculos de história.

Mesmo com toda a diversidade de elementos, o Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes não se propõe a ser apenas um armazém de conhecimento, mas um local de fomento à pesquisa, agindo também como propagador da cultura local. É uma Casa em plena atividade, que faz lembrar as datas históricas mais importantes do país, com programações especiais. Neste ano, por exemplo, mesmo com as reformas na casa, foi comemorado o Dia do Índio com exposições no Clube dos Diários e que proporcionaram o contato direto do público, em sua maioria estudantes, com índios da tribo Kaxicá.

# GUARDIÃO DA HISTÓRIA

Revista PRESENÇA

A proposta do Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes, dirigido por Maria Dora da Oliveira Medeiros Lima, é educacional. Uma simples visita não se resume à contemplação de peças que um dia foram utilizadas. A intenção, segundo a diretora é tornar diferente cada visita, pois há algo novo a ser desvendado e, sobretudo, é dar a cada cidadão a custódia do acervo, já que cada peça presente na casa sempre pertenceu à sociedade. Dessa forma, a preservação é um dever de todo cidadão, que precisa conhecer com mais profundidade a sua Casa de História.

A instituição tem exposição permanente. No entanto, em caso excepcional, as peças já foram levadas a Brasília em evento realizado para piauienses.

Dentro da proposta educativa, o Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes já realizou diversas oficinas de restauração, pintura, pálma em móveis e qualificação de servidores da instituição. Todas essas ações visam dar uma melhor funcionalidade à Casa e atrair público. Além da função educativa, a instituição tem uma relação de harmonia com outros segmentos culturais. O cordel, a literatura e a música têm espaço garantido. Todas as programações parciais são prestigiadas pela sociedade, como foi a comemoração pelo centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade, que contou com o lançamento de um selo comemorativo e uma palestra do escritor Francisco Miguel da Mota, dramatização de poemas e a abertura da mostra *O Gaúcho e o Experimentalismo*, organizada pelos professores Cinzas Santos e Paulo Machado.

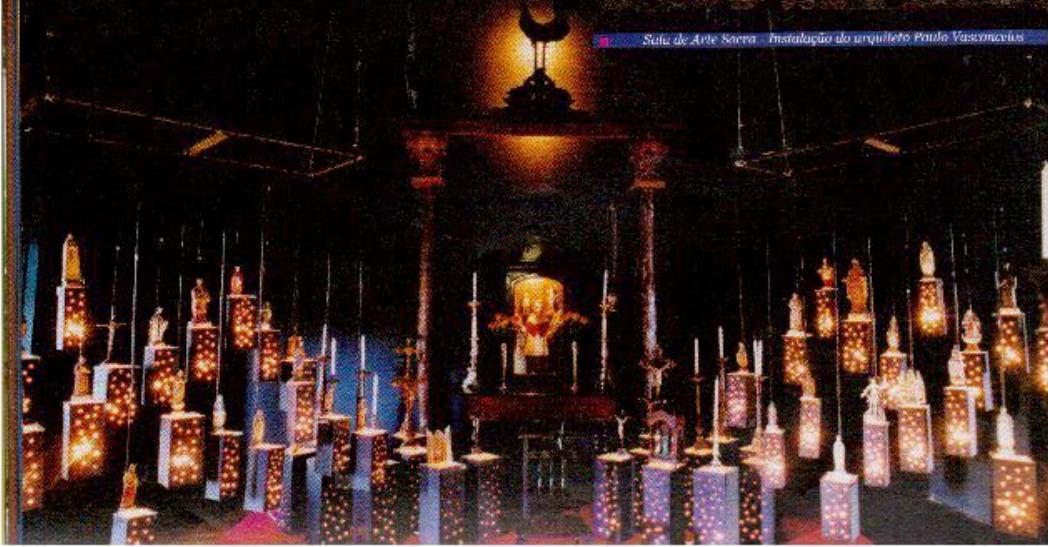
Em 2005, após nove meses de paralisação, em razão da obra de restauração do prédio, a programação volta com a realização de oficinas de capacitação de

servidores promovidas pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPIAN/MINC, com apoio da FUNDAC, e demais atividades de relevância, tanto para o Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes quanto para as demais casas de cultura.

Sala Piauí Império



Sala de Arte Sacra - Instalação do arquiteto Paulo Vasconcelos



# GUARDIÃO DA HISTÓRIA

Revista PRESENÇA

A photograph showing the interior of the Museu do Piauí. On the left, there's a dark wooden cabinet with glass doors displaying various items. In the foreground, a white ceramic pitcher sits on a small round table. To the right, a person wearing a traditional costume with a large, ornate headdress is visible against a backdrop of a tiled ceiling.

**Foto: Célio Júnior**

**Sala Piauí Império**

**A CASA TEM EFERVESCÊNCIA CULTURAL**

A monotonía não faz parte do cotidiano do Museu do Piauí. A preocupação em oferecer comodidade ao público e a preservação das peças é um dos principais desafios da direção da Casa, que recebe apoio da Fundação Cultural do Piauí e da Associação dos Amigos do Museu do Piauí. No ano passado, além dos recursos para reforma, foi aprovado o Projeto de Modernização do Museu do Piauí, encaminhado através da FUNDAC, concorrendo ao patrocínio de projetos de apoio a museus para aquisição de equipamentos e material permanente, em edital da IPHAN/MINC.

A Associação dos Amigos do Museu do Piauí participou, como interveniente, de um projeto do Arquivo Público Estadual, encamulado pela FUNDAC ao Programa de Adoção de Instituições Culturais, da Caixa Econômica Federal. Também foram enviados projetos para o BNDES e PETROBRAS.

Há um planejamento de ações para o Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes. Com a reforma, está

scido viabilizada a realização de sarau literários e musicais, lançamento de livros, exibição de espetáculos de dança e teatro. Essas ações têm como finalidade levar maior público à Casa e abrir espaço para artistas piauienses. É uma casa de cultura em sua plenitude. Para efetivação dessas ações, a Associação dos Amigos do Museu do Piauí já solicitou, via ofício, plantão efetivo de policiais na praça em frente ao Museu para garantir maior segurança.

**HISTÓRIA**

O Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes é uma entidade integrante da Fundação Cultural do Piauí e foi criado com a proposta de ser uma seção do Arquivo Público, em 1934, por iniciativa do diretor Anísio Brito. Foi formalmente inaugurado em 1941, no governo de Leônidas Melo. Em 1980, a instituição recebeu sede própria no casarão da Praça Marechal Deodoro da Fonseca, um edifício de arquitetura neoclássica, construído em 1859.

O edifício foi residência do comendador Jaerib Manoel de Almendra, e mais tarde, no período de 1873 a 1975, foi sede do Palácio do Governo e do Tribunal de Justiça. Após abrigar os poderes mais importantes do Estado, o prédio passou por restauração financiada pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Fundação Joaquim Nabuco. Na gestão do então secretário de cultura professor Wilson de Andrade Brandão, quando passou a ser sede oficial do Museu do Piauí. Através de iniciativa do deputado estadual Olavo Rebelo, aprovada pelo Governo do Estado, pela lei nº 5.086, de 30 de setembro de 1999, foi rebatizado de Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes, no dia 10 de outubro de 1999, data do centenário de nascimento daquele ilustre historiador piauiense.

Isabel Cardoso de Melo é jornalista e diretora de Relações Públicas da Associação de Amigos do Museu.



## TOMBAMENTO

### CLAMAM, AINDA, POR DEFESA OS VELHOS CASARÕES DE OEIRAS, AMARANTE E PARNAÍBA

Oton Lautensek

Foto: Arquivo Pátria

Os antigos reis de Portugal ao se locomoverem, com suas comitivas reais, pelo interior do País, quer em peregrinações de visitas ao povo quer em campanhas de guerra, por segurança, costumavam levar consigo todos os documentos importantes do império, inclusive o Testamento Real. Cópias destes documentos eram guardadas em conventos. Os mais importantes eram confiados pessoalmente aos bispos do Porto, de Lisboa ou de Coimbra. A partir do século XII, nomearam-se autoridades para o cargo de guardadores de documentos reais. Esses funcionários, conforme a competência e atribuições, chamavam-se *alféres, reposteiro, chanceler ou capelão*. Somente em 1378, é que foi criado o Arquivo Real, instalado precisamente na Torre de Albará, no Castelo de São Jorge, na cidade de Lisboa, por ordem de Dom Fernando I. Ali eram arquivados todos os documentos do império e feitos os registros (*tombos*) dos bens do Estado. Esses registros eram feitos em livros chamados *Livros do Tombo*.

Atualmente, a responsabilidade pelos bens tombados, em Portugal, fica a cargo do Instituto Português do Patrimônio Cultural. Toda a administração pública de Lisboa enfrenta o grave e insólito problema de conservação de inúmeros prédios tombados. A especulação imobiliária investe e muito o dinheiro ganho em razão da ruína de prédios de enjôos escombros emergem modernos edifícios, não sem a tolerância e concívencia de segmentos da própria administração pública. (Veja-se *Folha de São Paulo*, 25/04/1988, página 19, 1º caderno).

Tombar consiste, pois, em registrar determinado bem (móvel ou imóvel) em livro próprio, com o objetivo de preservar suas características históricas, artísticas, naturais ou arqueológicas. Poucos, entretanto, sabem algo a respeito de *Tombamento*. Em verdade,

# PATRIMÔNIO HISTÓRICO

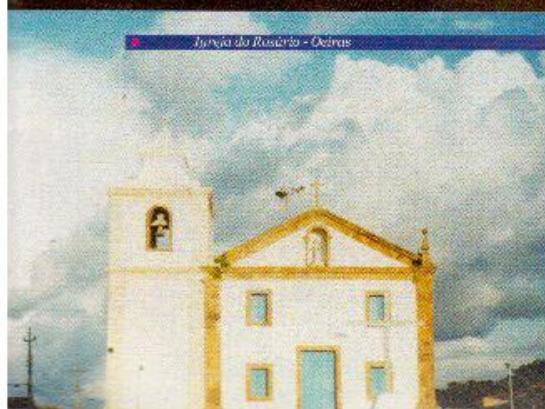
Revista PRESENÇA

trata-se de um instituto jurídico do ramo do Direito Administrativo e, por via de consequência, afastado do conhecimento das pessoas em geral não-versadas em Direito. No Brasil, embora aqui fosse adotado o ordenamento jurídico vigente em Portugal, as medidas protetoras do patrimônio histórico e cultural não se fizeram presentes em nenhum momento das fases colonial e imperial. Somente em 1922, já na República, é que as autoridades brasileiras acordaram para o registro da memória histórica, artística e cultural de nosso País, tão rico em beleza natural e artística. Naquela data, finalmente, era criado o Museu Histórico Nacional. Os Estados da Bahia e Pernambuco, logo em seguida, elaboraram as suas leis de proteção ao seu patrimônio histórico. Em 1933, por decreto do governo federal, a

cidade de Ouro Preto - MG foi considerada *Monumento Nacional*, com a proibição de não poderem ser demolidos, reformados ou transformados os seus prédios e logradouros sem permissão expressa e fiscalização do poder público. Na Constituição de 1934, pela primeira vez, era incluído dispositivo segundo o qual verbia, concorrentemente, à União e aos Estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico. Ainda no governo de Getúlio Vargas foi editado o Decreto-lei número 25, de 30/11/1937, em pleno vigor até à data de hoje. Este Decreto-lei se constituiu no principal instrumento legal de proteção aos bens (públicos ou particulares) que encerram valores históricos, arqueológicos, etnográficos, bibliográficos e artísticos existentes em nosso País.



Igreja da Rosaria - Olinda



A partir da Constituição de 1934 até à atual Carta Cidadã de 1988 (art. 216, parágrafo primeiro), todas mantiveram as medidas de proteção ao nosso patrimônio histórico e cultural. O Código Penal, em seus artigos 165 e 166, prevê penas que vão de seis meses a dois anos de detenção para quem venha a destruir, inutilizar ou deteriorar coisa *tombada*; ou, ainda, alterar o aspecto de local protegido por lei.

Vários são os instrumentos legais, todos em reforço dessa proteção. As Constituições estaduais e as Leis Orgânicas dos municípios ai estão, por sua vez, a concorrer para essa proteção. Todo e qualquer cidadão dispõe da *Ação Popular* para anular qualquer ato de autoridade que tenha por escopo destruir ou deformar bens que se inserem no patrimônio histórico e cultural de nosso País. Os Estados e os municípios, através de suas Secretarias de Cultura (ou de Meio Ambiente), têm

# PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Revista PRESENÇA

o dever de zelar pela conservação desses valores, nos limites dos seus territórios. A *Ação Civil Pública* ai está à disposição da União, dos Estados, dos Municípios, do Ministério Públíco, das Associações para pôr a salvo de danos os bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Para propor a *Ação Civil Pública*, não dispondo de elementos de prova, tem o Ministério Públíco o poder de instaurar *Inquérito Civil* para apurar os fatos, colher provas e, finalmente, requerer em juiz a reparação do dano causado e a condenação do responsável.

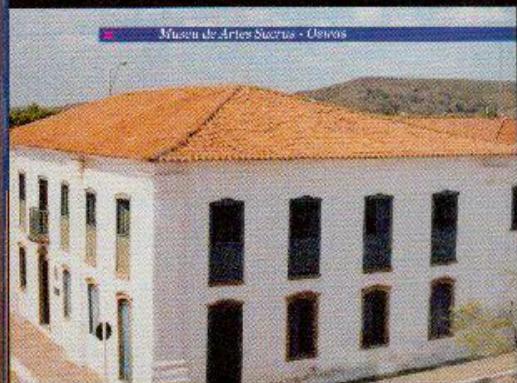
Para que todo esse aparato legal incida sobre determinado bem de valor histórico ou cultural é preciso que tal bem esteja protegido por um ato administrativo (lei ou decreto) de *tombamento*. O *tombamento*, em si, nada mais é que o simples registro em livro. Todavia, é a partir desse registro (com averbação junto ao registro do imóvel) que o bem (móvel, no caso) terá a proteção constitucional e legal contra quaisquer danos que se lhe causem, direta ou indiretamente. Não fosse esse registro e os bens particulares poderiam, livremente, por seus



ou artístico; ou ainda por sua feição notável com que tenha sido dotado pela Natureza ou pela mão do homem. Em seguida, é notificado o proprietário, para, em quinze dias, dizer se concorda ou não com o *tombamento*. Se a propriedade do imóvel não for conhecida, essa notificação se faz através de edital. Se o proprietário entender que o seu imóvel não é dotado desses valores que se lhe atribuem, oporá resistência, podendo até mesmo recorrer ao Judiciário para tornar sem efeito o *tombamento* (que até aí é provisório) ou se ver indenizado da restrição ou perda do seu direito de propriedade. Vencida a resistência do proprietário, o presidente do órgão responsável pelo *tombamento* tornará definitivo o registro, submetido o seu ato à homologação do ministro, do secretário ou do prefeito, conforme o caso.

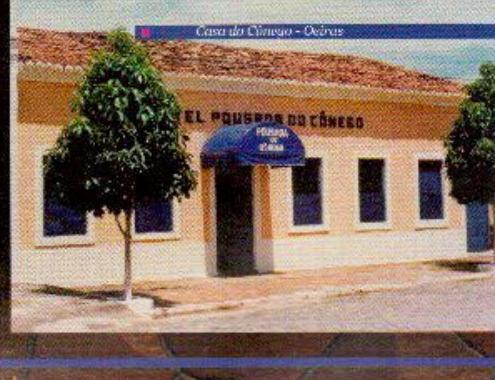
O *tombamento* também, se procede mediante lei. Aliás, este seria o procedimento mais recomendável, consamos dizer, o correcto. Pois, do ponto de vista técnico, não se aceita a limitação pelo Poder Públíco à propriedade particular a não ser em razão de lei. Essa lei poderá ser da iniciativa do Executivo, do Legislativo ou de segmentos representativos da sociedade civil.

A exemplo da União, à frente o IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), órgão que tem a responsabilidade de ter sob o seu arquivo os registros



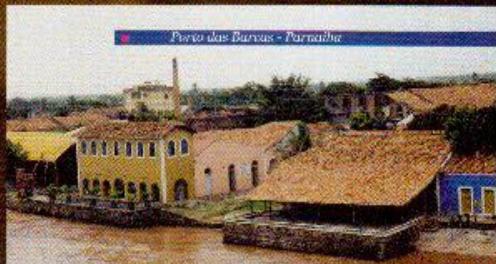
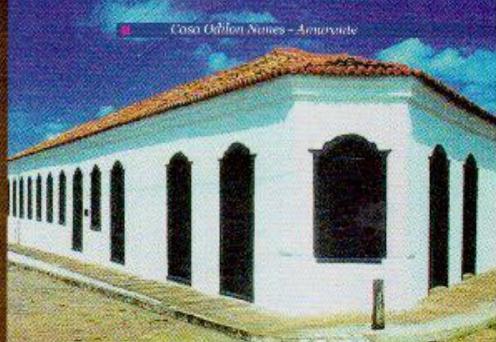
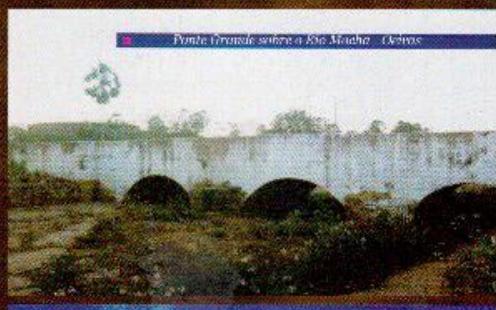
proprietários ser modificados ou mesmo destruídos, pois tal lhes garante o direito de propriedade, também, assegurado na Constituição. Às vezes, até mesmo em nome do cumprimento da função social da propriedade, os donos de prédios históricos, de pedaços de mata atlântica, de ilhas-viveiros, de sítios arqueológicos derribam, constroem, plantam e exploram sob o álibi de gerar rendas e empregos, destruindo, por outro lado, a memória do nosso País, de nosso Estado, de nosso Município, de nossa Cidade.

O *tombamento* de imóveis públicos é feito sem maiores formalidades, apenas é notificado o órgão a que pertence tal imóvel. Já o *tombamento* de imóveis particulares requer que seja cumprido um curto procedimento. Primeiramente, o órgão responsável pelo registro (no Estado de São Paulo é o CONPRESP) emite parecer técnico abalizado concluindo pela ligação do imóvel com fatos memoráveis da História do Brasil, do Estado ou do município, conforme o caso; ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico



# PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Revista PRESENÇA



de tombamento, também os Estados e os Municípios devem instituir órgãos de proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico respectivos. Tenha-se como exemplo o município de São Paulo, que através de lei sancionada pelo prefeito Mário Covas, criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), que, dentre outras prerrogativas, tem a de deliberar sobre o *tombamento* de bens imóveis e imóveis de reconhecido valor para a cidade e seu povo. Desnecessário mencionar que esse Conselho tem composição altamente democrática, nele representados os órgãos e entidades diretamente interessados no assunto.

Aqui em nosso Piauí, embora exista aparato legal, tanto em nível estadual como municipal (*vide* Lei estadual nº 4.515, de 09/11/1992 e Lei municipal nº 1.942, de 16/08/1988), as iniciativas (populares ou governamentais) para os procedimentos de *tombamento* ainda são muito timidas. Registre-se que o último processo que tramitou perante o Conselho Estadual de Cultura — órgão legitimado a apreciar e decidir sobre tal matéria —, foi o que trata do *tombamento* da Praça Marechal Deodoro da Fonseca, em 2002; já concluído, é verdade, porém, ainda sem edição do decreto governamental do ato de proteção propriamente dito — o *tombamento!* Enquanto isso, na Capital e nas cidades históricas de nosso Estado, restam sem defesa a nossa memória histórica e nossos valores culturais, artísticos, arqueológicos e paisagísticos. As nossas cidades antigas ai estão com o que ainda lhes resta de memória histórica sem merecer a proteção legal a que fazem jus. Parnaguá, a minha distante e querida terra, no extremo sul do Piauí, ao pé da sua bela e encantada Lagoa, vem resistindo a seus 242 (duzentos e quarenta e dois) anos, sem nunca ter merecido qualquer atenção das autoridades no que respeita à defesa e conservação dos seus traços históricos. A sua igreja antiga foi destruída; a cadeia, também... Em lugar daquelas estão lá a igreja e a cadeia "modernas". Confiram! Em Oeiras, ovelho, histórico e romântico Rancho da Mocha, onde os nobres varões e damas da mais alta sociedade mafrense se banhavam, hoje é usgado a céu aberto, muito "bem construído" com alvenarias e cimento. Em Teresina, prédios históricoscedem lugar a modernos edifícios com elevadores panorâmicos e vidraçaria

espelhada. Clamam, ainda, por defesa os velhos casarões de Oeiras, Amarante e Parnaíba.

F. chegada, pois, a hora dos prefeitos, vereadores, associações civis, cidadãos e cidadãs em geral fizerem uso do instituto jurídico do *tombamento* e porem a salvo da destruição os nossos valores históricos, artísticos, arqueológicos e paisagísticos. É muito simples: basta uma reivindicação consistente, uma defesa ativa, um ato administrativo fundamentado, um decreto governamental ou uma lei democrática e justa.

\*Oton Lustosa é escritor, membro da Academia Piauiense de Letras e de várias outras entidades culturais, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões em Teresina, PI, romancista e contista.